

Ano 27 - nº 6.913 – 05 de outubro de 2023

Banco do Brasil é chamado à reparação histórica, por envolvimento na escravidão

O Banco do Brasil tem até o dia 17 de outubro para responder uma série de questões à Justiça sobre sua participação ou fomento na escravidão no país. A data foi estipulada pelo Ministério Público Federal (MPF), em notificação sobre abertura de um inquérito civil público para investigar o envolvimento da instituição no maior crime contra a humanidade praticado no século 19.



“Em 2020, o movimento Black Lives Matter [Vidas Negras Importam], iniciou a derrubada de várias estátuas de personagens que se alimentavam do racismo nos Estados Unidos, e se estendeu até a Europa. Com essa ação do Ministério Público Federal, é preciso descortinar o processo de construção do Banco do Brasil, derrubando essas estátuas que marcaram o passado do banco, beneficiando economicamente várias pessoas com o processo de escravização no país, torturando e matando negros e negras”, avalia o Secretário de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Almir Aguiar. “O banco tem o dever de reconhecer os erros do passado. Inclusive, garantir formas de trazer mais negros e negras em seu quadro de funcionários, onde a porta de entrada, por ser um banco público, é via concurso”, completa.

A escravização de seres humanos foi praticada no Brasil durante quase três séculos e meio. Historiadores calculam que, durante o período, cerca de 5 milhões de pessoas foram compulsoriamente retiradas de suas terras e comercializadas no país.

O auge do crime humanitário se deu entre o século 18 e meados do século 19. Somente no período de 1830 e 1850, foram cerca de 753 mil seres humanos retirados ilegalmente do continente africano e trazidos ao Brasil. Esse dados tornam o país responsável pelo maior crime contra a humanidade do século 19.

Em nota, o Banco do Brasil afirmou que irá responder aos questionamentos do MPF e ainda que, “como empresa que busca promover a igualdade racial (...) está à disposição do Ministério Público Federal para continuar protagonizando e envolver toda a sociedade na busca pela aceleração do processo de reparação.”

O pedido de reparação histórica ao BB não é novidade e faz parte de um movimento global. Na Inglaterra e Estados Unidos, por exemplo, o Bank of England e as universidades Harvard e Brown University já foram chamados a reconhecer seu papel na escravidão e apresentarem ações de reparação.

Hoje tem plantão do Jurídico

A advogada Paula Baptista do escritório Baptista & Reis Advogados Associados estará em plantão presencial, na sede do sindicato, situada na Rua Marechal Deodoro, 209 - salas 207 a 210, no centro de Petrópolis, das 15h às 18h30min.

- Os honorários são reduzidos para os(as) associados(as) ao sindicato -